

1968 - 1978: O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO NOVO PERSONAGEM?

1968 - 1978: ¿EL MOVIMIENTO ESTUDIANTIL COMO NUEVO PERSONAJE?

1968-1978: THE STUDENT MOVEMENT AS A NEW CHARACTER?

Pablo Emanuel Romero ALMADA¹

RESUMO: O artigo analisa as retomadas das mobilizações do movimento estudantil na década de 1970, com especial atenção a reconstrução institucional da União Nacional dos Estudantes (UNE), seus episódios de mobilização e repressão, como a invasão da PUC-SP em 1977. Questiona-se, a partir da concepção de 'novos personagens' proveniente da obra de Eder Sader, a pertinência do processo de reorganização estudantil, dado a perseguição e o silenciamento de suas ações, no interior dessa matriz teórica. Através da metodologia da sociologia histórica e da análise documental, conclui-se que, na cidade de São Paulo, a relação do movimento estudantil com os setores progressistas da Igreja Católica, em especial na figura de D. Paulo Evaristo Arns, é fundamental para a compreensão de seu avanço organizativo e da construção de mobilizações em prol dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento estudantil. Direitos humanos. União Nacional dos Estudantes. Democratização. Igreja Católica.

RESUMEN: El artículo analiza el reinicio de las movilizaciones del movimiento estudiantil en la década de 1970, particularmente sobre la reconstrucción institucional de la Unión Nacional de Estudiantes (UNE), sus eventos preparatorios y la represión sufrida, como la invasión de la PUC-SP en 1977. En primer lugar, discutimos el concepto de 'nuevos personajes' de Eder Sader, la relevancia de analizar el proceso de reorganización del alumno en esta matriz teórica, dada la persecución y silenciamiento de sus acciones. En segundo lugar, a través de la metodología de la sociología histórica y el análisis documental, el artículo explora, especialmente en la ciudad de São Paulo, la relación entre el movimiento estudiantil y los sectores progresistas de la Iglesia Católica, especialmente en la figura de D. Paulo Evaristo Arns. Finalmente, el artículo concluye que este enfoque fue fundamental para comprender el proceso organizativo de los estudiantes y las movilizaciones a favor de los derechos humanos para una sociedad democrática.

PALABRAS CLAVE: Movimiento estudiantil. Derechos humanos. Unión Nacional de Estudiantes. Democratización. Iglesia Católica.

ABSTRACT: The article analyzes the starting over of the mobilizations by the student movement in the 1970s, particularly on the National Union of Students (UNE) institutional

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3729-8360>. E-mail: pablo.almada@unesp.br

reconstruction, its preparatory events, and repression suffered, such as the invasion of PUC-SP in 1977. Firstly, we discuss Eder Sader's concept of 'new characters,' the relevance of analyzing the student's reorganization process in this theoretical matrix, given the persecution and silencing of their actions. Secondly, through the methodology of historical sociology and document analysis, the article explores, especially in the city of São Paulo, the relationship between the student movement and the progressive sectors of the Catholic Church, especially in the figure of D. Paulo Evaristo Arns. Finally, the article concludes that this approach was fundamental for understanding the student's organizational process and the mobilizations in favor of human rights for a democratic society.

KEYWORDS: *Students movement. Human rights. National Union of Students. Democratization. Catholic Church.*

Introdução

A peça **Sei personaggi in cerca d'autore**, de Luigi Pirandello, esboça um rico jogo teatral, pelo qual as personagens passam a ser encenadas pelos atores, guiando-os pela criatividade da representação e da ficção que as encena. Indagamos, por essa metáfora, os limites entre os personagens e suas representações que, conforme encarnados em um novo corpo, o de ator, passam a guiar e direcionar suas ações como se este os fosse. Essa breve digressão visa elucidar o sentido exposto por uma das obras sociológicas que investigou as especificidades de 'novos personagens', os chamados novos movimentos sociais e o novo sindicalismo, tendo como plano de fundo a metrópole paulistana: 'Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980', de Eder Sader (1988).

Assim como em Pirandello e seus personagens que guiam os atores, Sader observa a dimensão de novidades esboçadas pelos atores de uma sociedade civil criada a partir do fechamento (político e democrático) do Estado. Trata-se de personagens encenados em uma "nova configuração das classes populares no cenário público", a qual se delineia "pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam", e que caminham para "o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado com o libertário, das primeiras décadas do século, ou com o populista após 1945" (SADER, 1988, p. 36-37).

O apontamento sociológico de Sader revela uma importante combinação pela qual é possível compreender as ações sociais a partir da (i) identidade, que reflete a posição que determinado grupo assume; da (ii) articulação entre os objetos práticos e seus valores; e, (iii)

das experiências vividas e as representações delas derivadas. Desse modo, seu ensaio sobre os novos atores traz consigo a constatação da formação de uma nova coletividade, cuja identidade é majoritariamente concebida na defesa de seus interesses e na expressão de vontades particulares (subjetivas) na composição de suas lutas sociais. Essa condição em comum, presente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), nos movimentos de bairro, nos movimentos de mães e, principalmente, no novo sindicalismo, indicam que a concepção de auto representação desses grupos é o elemento que se afasta de concepções estruturais e objetivistas de classes sociais, trazendo para o debate as capacidades de constituição de um sujeito autônomo capaz de elaborar as determinações externas "em função daquilo que define como sua vontade" (SADER, 1988, p. 56). A demonstração de mudanças na subjetividade das classes trabalhadoras, assim como faz Sader, conduz a reflexão de nossa pesquisa por um viés relativamente multiforme.

Considerando que a luta armada e a oposição política haviam sido praticamente exterminadas na primeira metade dos anos 1970, como é possível o surgimento de um novo abalo ao regime, representado por esses 'novos personagens'? Especificamente ao movimento estudantil de meados dos anos 1970: poderíamos classificá-lo também na matriz de 'novos personagens'?

Um caminho metodológico que guia essas questões passa, desse modo, pela sociologia histórica e análise da permanência do passado no presente. E isso ocorreria de duas formas: a primeira, através do conhecimento, das habilidades, dos gostos e das atividades dos próprios indivíduos; a segunda, através da imbricação entre a memória, as identidades e as ações coletivas, de modo a compreender as mudanças (mais rápidas) da memória institucional e sua modelagem (mais lenta) na memória dos indivíduos (MONSMA et al, 2017). Nesse caminho, nossa hipótese é a de que, assim como representado pela noção de 'novos personagens' em Sader, esse tratamento institucional também conduz ao tratamento do *habitus* individual, no que diz respeito às condutas dos estudantes perante as mudanças políticas da sociedade brasileira de meados dos anos 1970. Dito de outro modo, é preciso identificar como o discurso e a prática dos 'novos personagens' se edificam e em que medida se contrapõem ao discurso dos movimentos de oposição à ditadura militar dos anos 1960, dado que a reação desmedida de violência do Estado, não apenas visou a eliminação física dos insurgentes e opositoristas, como também operacionalizou a ocultação e o silenciamento da memória.

Nesse caso, quando deslocamos o nosso olhar para a compreensão do primeiro decênio do pós-1968, não se observa nenhum tipo de 'comemoração' memorialística do 'ano dos estudantes', pelo contrário: é celebrada uma espécie de "contra comemoração", guiada por

relatos individuais, ainda orgulhosos ou com distanciamento crítico, mas sobretudo direcionados pelas experiências vividas exclusivamente na luta armada (ALMADA, 2021, p. 230). Nesse ponto, os relatos individuais e memorialísticos acabam por definir as trajetórias biográficas e individuais, mas também oferecem uma lacuna das continuidades do movimento estudantil, já que a transmutação de movimento estudantil para a luta armada, apesar de recorrente nessas trajetórias, pouco diz respeito a continuidade da organização no interior das universidades e em suas entidades representativas. Indagar sobre essa disjuntura recai, portanto, em considerar a validade teórica e empírica da matriz de 'novos personagens' de Sader. Embora não haja um tratamento analítico do caso do movimento estudantil por Sader, há sim, a compreensão de que o campo dos personagens se tornava mais rico em meados da década de 1970 do que no final da década de 1960, permitindo-nos investigar possíveis aproximações entre o movimento estudantil e esses novos personagens, que no caso deste artigo, estarão destacados em torno dos setores progressistas da Igreja Católica, a Arquidiocese de São Paulo e D. Paulo Evaristo Arns.

O fim de 1968: desaparecimentos forçados e o extermínio da oposição

O recrudescimento da repressão da ditadura civil-militar, ao final dos anos 1960, constitui-se como um fundamental ponto de partida para compreendermos não apenas as dificuldades de manutenção da organização política oposicionista e a posterior derrota da luta armada, como também os tons e os termos pelos quais a abertura democrática pôde ser construída. O Ato Institucional No-5 não apenas foi um marco repressivo que se erigiu a partir do fechamento do 30o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), como reforçou o sentimento de perseguição, de clandestinidade e de radicalismo dos militantes estudantis, permitindo que, para muitos, a luta armada fosse uma necessidade e não somente uma opção tática (ALMADA, 2015).

O aparelho repressivo-policial, instalado pelas estruturas já existentes do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), alcançava ainda maior controle e presença na sociedade, através da Operação Bandeirantes (OBAN) e seu desenvolvimento no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Agentes militares e paramilitares realizavam investigações políticas e sigilosas sobre os oposicionistas do regime, o que resultou no uso indiscriminado da violência, torturas, prisões irregulares, mortes forjadas e diversas graves violações de direitos humanos.

Um dos notórios casos de violência contra membros do movimento estudantil foi a morte de Alexandre Vannucchi Leme, de 23 anos, em 17 de março de 1973. Vannucchi era estudante de Geologia da Universidade de São Paulo, membro na Congregação do Instituto de Geociências e militante político da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Diversos Centros Acadêmicos da USP e da PUC-SP assinaram uma carta que descrevia a morte do estudante, bem como comunicaram as prisões de colegas e invasões aos espaços estudantis (COMUNICADO, 1973)².

Dado como desaparecido pela família, a morte do estudante foi seguida por uma série de divergências sobre os motivos apresentados. Primeiramente, Vannucchi havia sido identificado como 'terrorista' e noticiado como vítima de um atropelamento após uma fuga, sendo que sua morte foi revelada dias depois justamente pelo fato de que sua prisão havia sido seguida pela de outros estudantes da USP, também militantes da ALN (TERRORISTA, 1973, p. 4). Essa versão foi desmentida por outros presos políticos, embora também houvesse a veiculação da versão de suicídio do estudante. Porém, naquele momento, o motivo real da morte foi ocultado: Vannucchi foi torturado na OBAN do DOI-CODI/SP, pois era 'fichado' pela polícia, e, posteriormente, foi enterrado como indigente.

Foi somente em 2013, via solicitação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que se permitiu a finalização do crime continuado de desaparecimento forçado. A retificação do óbito de Vannucchi, a partir de um requerimento de seus irmãos e da apresentação dos documentos comprobatórios de sua morte por lesões de tortura e maus-tratos (BRASIL, 2014) encerrou, quarenta anos depois, o impasse sobre o destino do estudante.

Porém, em 1973, com as causas forjadas da morte do estudante cada vez mais notórias, mobilizações de solidariedade tomaram o meio estudantil. A celebração da missa de 7º dia na Catedral da Sé, por D. Paulo Evaristo Arns, reuniu mais de três mil pessoas e resultou em prisões de estudantes e bloqueios da Cidade Universitária da USP (BRASIL, 2007). Embora se considere que este foi um dos primeiros movimentos de massa após 1968, sua repercussão não cessou neste episódio. A reorganização do DCE da USP passou a adotar, anos mais tarde, o nome de Vannucchi em sua homenagem, identificando simbolicamente esse novo espaço de representação e participação à memória de membros e representantes do movimento de 1968, fundando um lugar de memória (NORA, 2008), pelo qual, também se tece a percepção comemorativa da resistência política dos estudantes.

² Ver Anexo 1.

Ainda no ano de 1973, outro caso de desaparecimento forçado de militantes do movimento estudantil ganhou destaque. O Presidente da UNE e militante da Ação Popular (AP), Honestino Guimarães, que desde 1968 estava na ilegalidade, foi preso e desaparecido em outubro, no Rio de Janeiro. Antes de seu desaparecimento, redigiu uma carta chamada *Mandado de Segurança Popular*, pela qual afirmava sua luta pela democracia brasileira e explicitava o modo de funcionamento do movimento estudantil:

A minha situação atual é uma vida na clandestinidade forçada, há quase 5 anos. Neste tempo sofri vários processos, alguns já foram julgados. O resultado desses julgamentos marca com clareza o particular ódio e a tenaz perseguição da qual sou objeto. Nada menos de vinte e cinco anos em cinco processos. Todos eles, menos um, referentes à minha participação nas lutas estudantis em 1968. Sem maiores provas, sem maiores critérios, estas condenações são algumas das centenas de exemplos a que se viu reduzida a justiça em nosso país. É certo que a Justiça, sendo um instrumento de classe, nunca foi exemplo de isenção e imparcialidade. Mas é certo também que nunca chegou a tal grau de distorção. A começar pela criação dos tribunais de exceção – os tribunais militares. Depois a brutalidade das prisões e as maiores violências na fase dos interrogatórios onde as confissões, forçadas, arrancadas, são obtidas à custa de cruéis torturas como regra geral e dezenas de mortes como resultado. Depois as farsas dos julgamentos – a intimidação do público, a impossibilidade de participação da imprensa, as pressões sem-número aos advogados (quantos não foram presos e perseguidos). Enfim, bem semelhante aos tribunais nazistas que tantos protestos têm causado aos responsáveis pelo seu arremedo em nosso país. Num destes processos pela participação nas lutas estudantis de 1968 – onde as decisões eram tomadas coletivamente, em assembleias democráticas, em eleições com voto obrigatório pelo próprio regimento da Universidade, fui condenado, em 1970, a vários anos de prisão. Ou seja, mais um erro de direito. Julgar fatos de uma conjuntura passada com critérios senão o do ódio cego. Daí porque não me “entregar”. Não reconheço nem posso reconhecer como “justiça” o grau de distorção a que se chegou nesse terreno. A justiça a que recorro é a consciência democrática de nosso povo e dos povos de todo o mundo (GUIMARÃES, 1973).

A carta de Honestino revelava que sua militância clandestina era movida pelo ideário de concretização de uma democracia real no Brasil, a qual se diferenciava do regime político autoritário daquele momento. Entretanto, Honestino também denunciava como o procedimento de justiça e de exceção por ele denunciado iria incidir sobre sua própria vida. Após sua prisão, sua mãe, Maria Rosa Monteiro, havia recebido um contato das autoridades militares para a visita de seu filho no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) de Brasília. Porém, ao ali chegar, contrariamente ao informado, não encontrou Honestino, e em seguimento, não lhe disponibilizaram mais nenhuma informação sobre seu filho e, tampouco, há registros oficiais sobre quais foram os órgãos responsáveis por sua prisão, morte e

ocultação de cadáver (BRASIL, 2014). O que deve se atentar, no caso de Honestino, é a responsabilidade do Estado brasileiro na ocultação desse crime. A prisão de Honestino nunca foi confirmada pelas autoridades militares da época e também nunca houve nenhuma confirmação de sua morte por esses setores prisionais, embora houvesse sim, encaminhamentos decretando a sua prisão. O desaparecimento forçado e o ocultamento do cadáver, enquanto crimes cometidos pelo Estado brasileiro, indicam não se tratar de casos isolados, já que tantas outras famílias foram privadas do esclarecimento dos fatos.

Outro caso notório de violência contra estudantes foi o da Guerrilha do Araguaia, cuja composição era majoritariamente de ex-estudantes que congregavam suas atividades de militância no PCdoB. O caso da Guerrilha do Araguaia passou, grande parte das últimas décadas sob dubiedade na apuração dos fatos, ocultado e silenciado da história, somente encontrando maiores esclarecimentos com os levantamentos da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O combate militar das forças insurgentes trouxe não apenas a operacionalização e o teste prático do conceito de guerra revolucionária, o qual materializa a desproporção da força utilizada pelas tropas contra alguns poucos guerrilheiros (BRASIL, 2014). Desde 1972 até 1974, foram várias as operações das Forças Armadas nas matas do Pará, mas somente com a última intervenção, a Operação Marajoara, é que se deixou claro o intuito de extermínio dos militantes. Como apresentado pelo Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade:

Segundo documento emitido pela agência de Belém do Pará do Serviço Nacional de Informações (SNI), em janeiro daquele ano, a perda sucessiva de guerrilheiros fez com que houvesse um “declínio de suas forças e baqueasse nas suas ações”. Contudo, essa constatação não implicou um arrefecimento da atuação das Forças Armadas, que, ainda nesse documento, determina expressamente a “limpeza da área” e manifesta a expectativa de que “tais elementos sejam totalmente aniquilados em curto prazo”, no marco da Operação Marajoara. A operação, segundo os relatórios oficiais analisados, consistia em duas fases: a primeira se dedicou à neutralização da rede de apoio da Guerrilha – 90%, segundo estimativa do Exército, constituída por regionais que ocasionalmente travavam contato com as forças guerrilheiras; a segunda consistia no ataque das áreas de depósitos e esconderijo identificadas pela operação anterior. O saldo final dessa operação foi a aniquilação total da guerrilha na região: 56 guerrilheiros mortos (cujos corpos ainda se encontram desaparecidos) e mais de duas centenas de camponeses presos sob acusação de constituírem as redes de apoio da guerrilha (BRASIL, 2014, p. 691).

O desaparecimento forçado e as inúmeras atrocidades cometidas pelas forças armadas brasileiras, em especial na última fase de combate à Guerrilha do Araguaia, revelam como as operações não apenas se nutriram de uma tática militar, sitiando a localidade, infiltrando

militares trajados de civis ou, ainda, contando com um desproporcional aparato armamentista. Foram corriqueiras as execuções, os espancamentos e as torturas de camponeses e moradores, bem como a decapitação dos guerrilheiros, através da operacionalização de campos de concentração nas bases militares da Bacaba e Xambioá, onde muitos moradores eram presos (sequestrados) sem que houvesse qualquer controle legal (TELES, 2011). Anos mais tarde, em 2010, na sentença do 'Caso Gomes Lund e outros ('Guerrilha do Araguaia') Vs. Brasil', a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), imputou a esse episódio o crime de desaparecimento forçado dos integrantes da Guerrilha, devendo o Estado Brasileiro não apenas reparar as perdas e os danos aos familiares, mas também avançar na consolidação da justiça de transição, oferecendo maior acolhimento aos direitos humanos, tanto no ordenamento jurídico interno como na formação dos membros das Forças Armadas, em busca da efetividade da democracia em detrimento da perseguição política (CORTE, 2010).

Os três casos referidos até então elucidam um momento divisor, pelo qual a parte da oposição política ao regime, composta sobremaneira por ex-estudantes ou por militantes com trajetória formativa no movimento estudantil, e que porventura passaram a integrar a clandestinidade ou os quadros da luta armada, foram mortos, e desaparecidos. Compreendemos, portanto, que o recrudescimento da violência policial e o uso das táticas militares e de guerra revolucionária contra os grupos insurgentes, os quais se intensificaram após a decretação do AI-5, resultaram em uma abrupta interrupção das atividades políticas oposicionistas, uma derrota conseguida através de perseguições, mortes e extermínios. Aqui não se trata apenas de um fim trágico de uma 'geração', ou de uma eventual derrota circunscrita no campo político por projetos, propostas e retórica. Trata-se, sim, do fim de atores políticos constituídos no momento de maior conflitualidade do regime militar, os quais, como iremos demonstrar, não são plenamente 'substituídos' por novos personagens. Portanto, considerando que, entre 1973 e 1977, há uma aproximação de setores progressistas da Igreja Católica com os estudantes, pelo menos em São Paulo, podemos complexificar a análise de sua subjetividade.

O movimento estudantil como 'novo personagem'?

A partir de 1974, o Regime Militar dava sinais políticos de que haveria uma retomada da institucionalidade, embora o aparato repressivo de Estado e seus serviços de inteligência e informação estivessem em pleno funcionamento. A retomada da organização estudantil universitária era recôndita e silenciosa para além dos muros universitários: embora havendo

eleições de novas chapas para os Centros e Diretórios Acadêmicos, não havia manifestações de rua como na década anterior. O movimento estudantil da USP aos poucos voltava a ganhar projeção a partir das eleições do DCE em maio de 1976, fortalecendo o interesse de revitalizar a UNE e seus congressos nacionais. Naquele ano, a organização do I e do II Encontro Nacional dos Estudantes (ENE) - o primeiro em agosto no campus da USP de São Carlos e o segundo em outubro na USP de São Paulo - deram prosseguimento a esses debates, além de discutir temas que haviam sido preocupações dos estudantes nos anos anteriores, como o ensino pago e as consequências das reformas universitárias.

A retomada organizativa permitiu que, em 30 de março de 1977, fosse realizada uma das primeiras manifestações exclusivamente estudantis após 1968, contrária à redução das verbas para a educação nacional, fato que não resultou em conflitos e tampouco foi noticiado nos jornais. Partindo da USP, os estudantes queriam chegar até o centro de São Paulo e protestar em frente ao Ministério da Educação, mas foram impedidos de chegar ao seu destino, realizando uma passeata até a Faculdade de Medicina da USP e retornando ao seu ponto de partida. Ainda, em 5 de maio, houve um protesto de estudantes contra a prisão de militantes da Convergência Socialista no ABC Paulista e, no dia 19 de junho, em São Paulo, foi organizado um dia nacional de protestos estudantis, reunindo na Faculdade de Medicina diversos setores organizados da sociedade e o MDB.

Porém, no dia 04 de julho, em Belo Horizonte, foi dado início às preparações do III ENE. Segundo a tendência trotskista Liberdade e Luta (LIBELU), visava-se articular a futura UNE com as entidades sindicais e os partidos políticos, definindo mobilizações conjuntas, de trabalhadores e estudantes, em torno de quatro eixos de ação: 1) as liberdades democráticas; 2) a democratização da universidade; 3) a busca por melhores condições de ensino; e, 4) a reorganização do movimento estudantil (PLATAFORMA, 1977, p. 3)³. No entanto, o evento fracassou e, com o centro da cidade praticamente sitiado pelas forças policiais, mais de 1,2 mil estudantes foram presos por conta de infringirem a Lei de Segurança Nacional.

Mediante o ocorrido, a realização do III ENE foi transferida para o dia 21 de julho na USP, porém também não conseguiu ser realizado. Fato é que a organização estudantil não estava sozinha na recomposição do debate político da sociedade civil, e mesmo demonstrando o interesse de recuperar o protagonismo de finais da década anterior para a realização de suas mobilizações, sua organicidade era ainda limitada.

³ Ver Anexo 2.

Esses episódios identificam que a organização e a força para aglutinar frações das classes trabalhadoras e populares passavam, pelo menos desde 1972, pelos setores progressistas da Igreja Católica, através da atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e Pastorais. Essas práticas organizativas, realizadas junto ao 'povo oprimido', como analisa Sader (1988), compunham discursos de construção e de aprendizado político do cotidiano, reunindo trabalhadores das periferias, imigrantes, mulheres e camponeses. Por outro lado, a criação de organismos como a Comissão de Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, por intermédio de D. Paulo Evaristo Arns (HÁ DEZ, 1980)⁴, operacionalizou a denúncia ativa de crimes e arbítrios políticos, oferecendo visibilidade aos casos de violência contra estudantes, jornalistas e religiosos.

É notável que o episódio da Missa na Catedral da Sé, de 30 de março de 1973, em homenagem ao estudante Alexandre Vannucchi, tenha sido um dos primeiros movimentos de massa após o AI-5, atraindo mais de 5 mil pessoas. Em 1974, a Campanha da Fraternidade, com o tema 'Onde está o teu irmão?', alertou para os desaparecimentos forçados, em especial os de jovens e estudantes, e ofereceu maior visibilidade a D. Paulo na imprensa, como interlocutor de direitos humanos. No ano seguinte, foram definidas as prioridades da Ação Pastoral, incentivando a setorialização das Pastorais (Pastoral Familiar, Pastoral das CEBs, Pastoral do Mundo do Trabalho, Pastoral da Juventude e Pastoral da promoção dos direitos humanos e marginalidade) e a afirmação de que a Igreja poderia se posicionar legitimamente ao lado da sociedade civil, como no episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog⁵, cuja missa contou com a presença de autoridades religiosas judaicas, entre eles, o rabino Henry Sobel, resultando em evento com mais de 8 mil pessoas.

Foi, no entanto, no ano de 1977 que as relações entre o movimento estudantil e a Arquidiocese de São Paulo passam a se estreitar, haja vista a grande dificuldade para efetivar a reorganização da UNE:

O movimento estudantil mobiliza massas sempre mais numerosas nas assembleias e nos atos públicos. No 1o semestre deste ano, 75 mil policiais são mobilizados para impedir a concentração de estudantes no centro da cidade. Repetidas vezes as lideranças do ME se encontram com D. Paulo, que advoga junto aos órgãos de segurança a causa da liberdade de expressão dos estudantes, a fim de evitar maiores consequências nos choques com a polícia (HÁ DEZ, 1980, p. 3).

⁴ Ver Anexo 3.

⁵ O Brasil foi condenado, em 2018, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Herzog e outros Vs. Brasil, sentença de 15 de março de 2018, imputando-lhe a responsabilidade criminal pela prisão arbitrária, tortura e assassinato do jornalista (CORTE, 2018).

As aproximações de representantes operários, estudantes, jornalistas e a Comissão de Justiça e Paz, entre outras entidades católicas progressistas, buscaram tecer compromissos conjuntos em prol de liberdades democráticas e de defesa dos direitos humanos. Com o estreitamento das relações entre estudantes, professores da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e D. Paulo, que na época também ocupava o cargo de Grão Chanceler daquela universidade, foram realizados diversos debates sobre o maior compromisso social que a universidade deveria assumir com a formação profissional e a defesa da cultura popular. Do mesmo modo, foi pela intervenção do Cardeal que a 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), proibida de ser realizada em Fortaleza naquele ano, foi transferida para o espaço do Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA).

É em torno desses ocorridos que a PUC passava a ser visada pelas forças repressivas. Mediante a confirmação da realização do III ENE no TUCA, um dos últimos episódios de repressão e arbítrio político contra os estudantes na ditadura foi vivenciado. No dia 22 de setembro de 1977, estudantes de várias universidades haviam se reunido na PUC para dar continuidade às atividades interrompidas em Belo Horizonte. À frente da PUC, mais de 2 mil estudantes se encontravam para a leitura da ata do encontro, denunciando as medidas policiais que interromperam a organização do encontro na USP, quando apareceram as primeiras viaturas policiais. Comandadas pelo então secretário de Segurança Pública do Estado, Erasmo Dias, havia o explícito interesse de proibir o ato público, pois, como afirmou o secretário, "Comícios, passeatas e qualquer tipo de ato público estão proibidos: todos serão presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Não aceitaremos desafio. Onde é que nós estamos!" (PRESOS, 1977, p. 1).

Por sua vez, os estudantes relataram os acontecimentos em carta do DCE-Livre da PUC-SP publicada na imprensa:

Investigadores civis e tropas de choque desceram das viaturas, bateram as portas com violência e começaram a dar cacetadas e jogar bombas nos manifestantes que se encontravam sentados.

Devido à violência investida, os estudantes se levantaram e correram para a entrada da PUC, vários em pânico. Os policiais perseguiam, histéricos, dando cacetadas e jogando bombas que expeliam gás, outras que soltavam chamas e outras ainda que espirravam líquidos que queimavam a pele. Os estudantes que entraram na PUC se chocaram com outros que estavam saindo das classes e indo embora para casa. Tudo isso contribuiu para aumentar o pânico, fazendo com que vários estudantes caíssem na rampa e fossem pisoteados e queimados.

Vários estudantes conseguiram escapar descendo a rua Monte Alegre, e outros pelos fundos da PUC. Mas os policiais, agindo de maneira

coordenada e rápida, cercaram o prédio logo em seguida, invadindo-o também pelas entradas das ruas Bartira, Ministro de Godoi e João Ramalho.

[...]

No restaurante, vários estudantes e professores, em intervalo de aula, estavam fazendo um lanche ou tomando café, quando viram a correria na rampa. Assustados, fecharam a porta de vidro do restaurante. Minutos depois chegaram os policiais, que quebraram a porta a golpes de cassetetes e invadiram o restaurante, espancando e insultando alunos, professores e funcionários.

Alunos que estavam nas sedes das entidades estudantis foram expulsos à força, muitas vezes sem ter tempo sequer de recolher seus documentos e material didático. [...]

As sedes dos DA de Filosofia e Letras, da DA Leão XIII, CA de Ciências Sociais e Serviço Social, CA 22 de Agosto e do DCE foram totalmente depredadas. Portas que estavam fechadas apenas com o trinco foram arrombadas a pontapés. As gavetas foram arrancadas fora das mesas e seu conteúdo jogado no chão.

Em vários restos de portas ficaram bem nítidas as marcas dos pontapés. Em diversas salas foi pichada a sigla CCC [...]

A biblioteca também foi invadida e seus ocupantes expulsos aos gritos e ameaças de cassetetes. Os policiais jogaram vários livros no chão.

Entraram com violência e, usando palavras de baixo calão, nas salas de aula, prendendo todos os seus ocupantes, e muitas vezes espancando-os. [...]

Cabe ressaltar que os policiais, principalmente os investigadores à paisana, comportavam-se com o máximo de violência e arbitrariedade. Espancavam quem quer que passasse à sua frente. Várias pessoas viram um colega que sofreu empurrões e cacetadas e, quando caiu no chão na rampa do prédio novo, levou pontapés. Mesmo depois de dispersado o Ato Público, continuaram jogando bombas. Vários policiais mostravam-se demasiado excitados, sem autocontrole, com os olhos completamente “vidrados”. Insultos, palavras de baixo calão e provocações eram feitos o tempo inteiro. Toda essa violência era absolutamente desnecessária, pois não houve, em nenhum momento, qualquer tentativa de reação por parte das vítimas da agressão policial (DIRETÓRIO, 1977, p. 14).

A intervenção policial na PUC resultou em cerca de 1000 presos, ou seja, de quase todos os estudantes da PUC, da USP e de outras universidades que tinham histórico de participação no movimento estudantil. Tal atitude violenta foi condenada pela reitoria da PUC, Nadir Gouvêa Kfourri, acreditando ser desmedida a violência policial utilizada. Os estudantes entendiam, portanto, que a invasão havia sido premeditada pela polícia, esperando apenas um mote, conseguido pela assembleia, para invadir a universidade. Além disso, eles entendiam que o episódio de repressão teve o intuito não apenas de reprimir o movimento estudantil, mas também de cercear a liberdade de organização política no interior das universidades, a qual conduziria a futura reorganização da UNE e os debates por uma Assembleia Constituinte que representasse os interesses da maioria da população. Cogitava-se, do mesmo modo, que a invasão deveria atingir a reitora da PUC, que se posicionava favoravelmente à autonomia universitária, e os setores de defesa de direitos humanos da

Arquidiocese de São Paulo, ligados à Arns. O Cardeal, por sua vez, foi bastante explícito na denúncia do arbítrio policial:

O congresso para a reconstituição da UNE, proibido pelas autoridades federais, é realizado clandestinamente na PUC. Em represália, dia 22, enquanto Dom Paulo está em Roma, a Universidade Católica é invadida pelos homens do Cel. Erasmo Dias e a Universidade é devastada. Quatro moças são feridas com a explosão de bombas e mais de mil pessoas, entre professores e estudantes são detidos e fichados no DEOPS. Ao visitar o Campus, Dom Paulo afirma: "Seus filhos estando em provas ou participando de outras atividades foram vítimas e não provocadores... que deste episódio possa esclarecer para sempre que a universidade é o lugar de debate dos grandes problemas do país e da humanidade... Que não obriguem os estudantes a entrar na clandestinidade (HÁ DEZ, 1980, p. 3).

O caso da PUC se configurou como um dos últimos momentos de conflito aberto entre o regime ditatorial e os estudantes, embora também tenha envolvido os setores progressistas e de defesa de direitos humanos da Igreja Católica paulista. Ainda que a invasão da PUC tenha tentado novamente desarticular o movimento estudantil, as forças repressivas já não mais iriam conseguir impedir o avanço das organizações de base. Para os próximos anos, com menos repressão, a UNE pôde ser organizada novamente a partir de 1979/1980. O que fica desse caso é que, apesar do movimento estudantil apresentar diferenças quanto a 1968, como a defesa de sua própria liberdade organizativa e a autonomia universitária, o norte de transformação social, em direção a uma sociedade democrática estava posto.

Considerações finais

O caso da reorganização do movimento estudantil universitário, a aproximação com os setores progressistas e de defesa dos direitos humanos da Igreja Católica e, finalmente, o conflito de invasão da PUC, são casos que revelam mudanças na atuação política e organizativa do movimento estudantil perante aquele da década anterior.

Primeiramente, como apontamos, o recrudescimento da violência a partir do fechamento da UNE e das prisões de estudantes, além do cometimento de crimes de desaparecimento forçado e o extermínio de guerrilheiros no Araguaia fez com que a geração de 1968 abandonasse a força o protagonismo político. Nesse caso, o crescimento da intimidação e do medo gestado nos opositores políticos do regime corresponderam ao reforço do aparelho estatal repressivo, além da aplicação desmedida, e portanto, ilegítima, da força. O cometimento de crimes e graves violações de direitos humanos, as quais afetam diretamente o

movimento estudantil fazem com que haja uma solidariedade criada em torno das vítimas e das entidades que com elas se mobilizam.

Do mesmo modo, podemos também enunciar que, ao contrário de uma retomada espontânea do movimento estudantil nos anos 1970, são as aproximações de atores como os estudantes e os setores progressistas da Igreja Católica que oferecem uma via de apoio para as mobilizações e de retenção da repressão. Porém, o caso de invasão da PUC revela que essa aproximação ainda era frágil, já que as forças policiais estavam ainda preocupadas em sufocar todos os focos possíveis de retomada da organização estudantil. Nesse sentido, é construída uma identidade do movimento estudantil que, embora congregue com o movimento da década anterior, sobre a insatisfação com a ditadura militar, sua principal diferença é a tessitura de alianças contra o exercício do arbítrio e da violência policial. Desse modo, não se poderia afirmar categoricamente nem que o movimento estudantil é totalmente espontâneo na sua rearticulação, nem que as entidades políticas e correntes irão ter o mesmo peso que outrora. Em especial, a luta pela retomada da UNE não significa somente que os interesses tenham se burocratizado ou se institucionalizado em torno de uma mera representação e com afastamento das bases - o que poderá ser verdade para as décadas de 1980 e 1990, mas que já ultrapassa o escopo da pesquisa deste artigo.

Essa retomada significa que, na busca por um espaço em uma sociedade que caminharia para a democracia, os movimentos estudantis deveriam encontrar interlocutores que pudessem garantir alguma segurança política e um aparato de mobilização junto às lutas populares. Finalmente, embora não sendo um 'novo personagem' no escopo dos novos movimentos sociais, sua atuação seguiu no sentido de construção de uma matriz discursiva que valorizasse a representação e as liberdades democráticas, não significando uma desideologização do movimento. Ao final dos anos 1970, o movimento estudantil passou a ser 'autorreflexivo' no que diz respeito ao resguardo da não-violação dos direitos humanos.

AGRADECIMENTOS: A pesquisa documental deste artigo foi realizada em maio de 2019 no acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM). O artigo foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALMADA, P. **A Árvore de Maio**: A resistência estudantil e sua atualidade (Brasil e Portugal). 2015. 399 f. Tese (Doutorado em Democracia no Século XXI) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2015.

ALMADA, P. Repensando as interpretações e as memórias de 1968. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 33, n. 1, p. 225-243, 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final**. Brasília: CNV, 2014. v. 1.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à Verdade e à Memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: SEDH, 2007.

COMUNICADO sobre a morte do colega Alexandre Vannucchi Leme (Panfleto), 22 de março de 1973. Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), Arquivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB), Caixa 116-03.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - CIDH. **Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. Sentença de 24 de novembro de 2010**. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - CIDH. **Caso Herzog e outros Vs. Brasil. Sentença de 15 de março de 2019**. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_por.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

DIRETÓRIO Central da PUC relata invasão. **Folha de S. Paulo**, 26 nov. 1977. p. 14.

GUIMARÃES, H. Mandado de Segurança Popular. **Honestino Guimarães**. Disponível em: <http://honestinoguimaraes.com.br/mandado-de-seguranca-popular>. Acesso em: 02 jun. 2021.

HÁ DEZ anos é nosso pastor. **Casa Cultura e Fé**, out. 1980. Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), Livraria Palavra, Caixa 88.

MONSMA, K.; SALLA, F. A.; TEIXEIRA, A. A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 65-87, 2018.

NORA, P. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Montevidéo: Ediciones Trilce, 2008.

PLATAFORMA para o DCE-USP. **Liberdade e Luta**. Maio de 1977. Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), Livraria Palavra, Caixa 88.

PRESOS 1000 na PUC. **Folha de S. Paulo**, 23 set. 1977. p. 1.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TELES, J. A. **Memórias dos cárceres da ditadura**: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. 2011. 519 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

TERRORISTA morre atropelado no Brás. **Folha de S. Paulo**, 23 mar. 1973. p. 4.

Como referenciar este artigo

ALMADA, P. E. R. 1968-1978: O movimento estudantil como novo personagem? **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 10, n. 00, e021022, jan./dez. 2021. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.15873>

Submetido em: 15/09/2021

Revisões requeridas: 14/10/2021

Aprovado em: 18/11/2021

Publicado em: 29/12/2021

Anexo 1: Comunicado sobre a morte do colega Alexandre Vanucchi Leme (Panfleto), 22 de março de 1973.

COMUNICADO SOBRE A MORTE DO COLEGA ALEXANDRE VANUCCHI LEME

Quinta-feira última (22/3) os órgãos de divulgação noticiaram a morte do colega Alexandre Vanucchi Leme, estudante do 4º ano de Geologia da USP. Esta notícia causou profunda consternação não só nos estudantes e professores de sua escola, como em todos aqueles que souberam do fato.

Alexandre gozava de excelente reputação entre os alunos e professores de sua escola. Estudante exemplar, aprovado em primeiro lugar nos vestibulares, era ativo participante em todos os níveis da vida universitária. Sua dedicação ao curso e o profundo respeito e estima que seus colegas - lhe devotavam levaram-no a ser eleito representante oficial dos alunos na Congregação do Instituto de Geo-Ciências.

O colega foi preso provavelmente na sexta-feira (16/3) e, segundo a nota distribuída pelos órgãos de segurança, foi morto às 11:00 horas do sábado, dia 17. Esta prisão deu-se de forma clandestina, sem ordem escrita de autoridade competente, como inúmeras outras que têm ocorrido no país. Constitui, portanto, uma gritante arbitrariedade e é um claro atentado à Declaração Universal dos Direitos do Homem, da qual o Brasil é signatário, que afirma em seu artigo 9º: "Ninguém poderá ser arbitrariamente preso, detido ou desterrado".

Segundo informações oficiais, a trágica morte de Alexandre teria ocorrido por atropelamento, "ao tentar fugir quando era conduzido por agentes de segurança para encontro com um companheiro" (Folha de São Paulo, em 23/3/73). Atropelamentos de presos políticos têm ocorrido com tão surpreendente frequência que a veracidade desta notícia torna-se questionável. A quem poder-se-ia responsabilizar por este acontecimento senão aos órgãos que mantinham Alexandre em seu poder?

As notícias acerca da morte do colega afirmam taxativamente sua participação em inúmeras ações. Esquecem-se, no entanto, que "Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma a sua inocência, enquanto não se provar a sua culpa, conforme a lei e em julgamento público, no qual se hajam assegurado todas as garantias necessárias à sua defesa" (artigo 11º, item 1, da Declaração Universal dos Direitos do Homem).

Alexandre, entre muitos outros no Brasil, foi rotulado de terrorista, como se isto pudesse justificar todas as arbitrariedades que contra ele foram cometidas.

Não devemos compreender a morte de Alexandre como um

isolado. A realidade nacional nos apresenta cotidianamente fatos que, como este, constituem clamorosas violações à Justiça, à Liberdade e à Dignidade Humana. E a Universidade não foge a essa regra. Encontram-se arbitrariamente presos 3 colegas de História (USP), 1 de Geografia (USP), 1 de Geologia (USP) e a presidente do DCE da PUC (GB). Os Centros Acadêmicos de História e Geografia (USP) foram invadidos, depredados e tiveram alguns murais roubados. Isto para falarmos apenas dos fatos ocorridos nas últimas semanas.

A situação, porém, atingiu o limite, já que nem mesmo o mais fundamental dos Direitos do Homem, o de viver, está sendo respeitado.

Por tudo isto, os colegas da USP e de algumas escolas da PUC (SP) - estão de luto. Luto que não traduz apenas o nosso imenso pesar pela irreparável perda do colega Alexandre, como também nossa união para repudiar este ignominioso estado de coisas a que nos vemos submetidos e assumir conscientemente a posição de dizer-lhe um basta.

São Paulo, 26 de março de 1973.

CENTRO PAULISTA DE ESTUDOS GEOLÓGICOS (GEOLOGIA-USP)
CENTRO DE ESTUDOS QUÍMICOS "HEINRICH RHEINBOLDT" (QUÍMICA-USP)
CENTRO ACADÊMICO "VISCONDE DE CAIRU" (ECONOMIA-USP)
CENTRO ACADÊMICO DE ESTUDOS LITERÁRIOS (LETRAS-USP)
CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS "CAPISTRANO DE ABREU" (GEOGRAFIA-USP)
CENTRO DE ESTUDOS DE FÍSICA E MATEMÁTICA (USP)
GRÊMIO POLITÉCNICO (ESCOLA POLITÉCNICA USP)
GRÊMIO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (USP)
CENTRO ACADÊMICO "OSWALDO CRUZ" (MEDICINA-USP)
CENTRO ACADÊMICO "XI DE AGOSTO" (DIREITO-USP)
CENTRO ACADÊMICO "Prof. JOÃO CRUZ COSTA" (FILOSOFIA-USP)
CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS "VISCONDE D'E. TAUNNAY" (HISTÓRIA-USP)
CENTRO ACADÊMICO "ROCHA LIMA" (MEDICINA-USP-RIBEIRÃO PRETO)
CENTRO ACADÊMICO DE FILOSOFIA (USP-RIBEIRÃO PRETO)
CENTRO ACADÊMICO "LUPE COTRIN" (COMUNICAÇÕES-USP)
ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA (USP)
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (C. Sociais-USP)
CENTRO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM (USP)
CENTRO ACADÊMICO "LEÃO XIII" (ECONOMIA-PUC-SP)
CENTRO ACADÊMICO "SEDES SAPIENTIAE" (PSICOLOGIA -PUC-SP)
CENTRO ACADÊMICO DE FILOSOFIA (SÃO BENTO-PUC-SP)

Fonte: Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), Archivo Storico del Movimento Operário Brasileiro (ASMOB), Caixa 116-03

Anexo 2 - Plataforma para o DCE-USP. Liberdade e Luta, maio de 1977.



Fonte: Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), Livraria Palavra, Caixa 88

Anexo 3 - Há dez anos é nosso pastor. Casa Cultura e Fé, Outubro de 1980.

Há dez anos é nosso Pastor

distribuição gratuita, Casa Cultura e Fé, Outubro 1980

Dom Paulo, 1970-1980

Dom Paulo Evaristo Arns foi nomeado arcebispo de São Paulo em 1970. No dia 1 de Novembro, na Catedral Metropolitana, foi celebrada a missa de posse. Dom Paulo então, se apresentou com o povo com as seguintes palavras, abrindo a homília:

“Venho do passado, que se torna presente e futuro pela Palavra sempre viva de Jesus. É o senhor que me envia...

... Venho do passado. De longa convivência com o cristianismo nascente, com homens e mulheres fracos que enfrentavam perseguições do maior e mais organizado gigante da História, o Império Romano. Convi com quase 30 anos (estudioso da história primeira da Igreja) com homens de grande coração e inteligência como Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Gregório Nazianzeno e São João Crisóstomo, que explicitaram com vigor e arte não ser o cristianismo uma ideologia, mas a crítica fraterna e firme a todas as ideologias. Estive em companhia de Francisco de Assis e dele trago a missão eterna de Paz do Bem. Vi o lobo reconciliar-se com os habitantes amedrontados da cidade...



**Passaram-se dez anos
Este homem e sua ação
marcaram o seu tempo e o
seu povo
Quem é ele o que fez?**

Venho de cátedras de Universidade e dos morros de po-

breza em torno à minha cidade de Petrópolis; morros que rivalizam com os as mesmas cátedras em seus ensinamentos e na demonstração da pequenez do homem diante das tarefas que o esperam.

... Que o Santo Sacrificio da Missa que iniciamos juntos nos una a todos os pobres,

aflitos e famintos, que lutam e esperam e, morrendo, ressuscitarão.”

**Captando
os sinais dos tempos
e ouvindo
a voz de Deus
na história de hoje**

Fonte: Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), Livraria Palavra, Caixa 88